

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO

COORDENAÇÃO-GERAL DE TRIBUTAÇÃO

COORDENAÇÃO DE TRIBUTOS SOBRE A PRODUÇÃO E O COMÉRCIO EXTERIOR

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 99.088, DE 27 DE JULHO DE 2017

DOU de 02/08/2017 (nº 147, Seção 1, pág. 20)

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep.

Ementa: Não-Incidência. Isenção. Receitas.

Decorrentes de Prestação de Serviços a Pessoa Física ou Jurídica Residente ou Domiciliada no Exterior. Possibilidade de Mera Intermediação entre a Prestadora dos Serviços e a Pessoa Residente ou Domiciliada no Exterior. Efetividade do Ingresso de Divisas.

A existência de terceira pessoa, desde que agindo como mera mandatária, ou seja, cuja atuação não seja em nome próprio, mas em nome e por conta do mandante estrangeiro, entre a pessoa física ou jurídica residente, domiciliada ou com sede no exterior e a prestadora de serviços nacional, não afeta a relação jurídica negocial exigida para enquadramento nos arts. 5º, inciso II, da [Lei nº 10.637, de 2002](#), e 14, inciso III, § 1º, da [MP 2.158-35, de 2001](#), para o fim de reconhecimento da não-incidência/isenção da Contribuição para o PIS/Pasep.

Somente quando atendidas as normas estabelecidas pela [Circular nº 3.691, de 2013](#), em vigor desde 4 de fevereiro de 2014, para o pagamento das despesas incorridas no País pela pessoa tomadora residente ou domiciliada no exterior fica caracterizado o efetivo ingresso de divisas no País, autorizando a aplicação das normas exonerativas dos arts. 5º, inciso II, da [Lei nº 10.637, de 2002](#), e 14, inciso III, § 1º, da [MP 2.158-35, de 2001](#).

Nos termos da legislação cambial ora vigente, as receitas decorrentes de pagamentos relativos à prestação dos serviços para residente, domiciliado ou com sede no exterior, representado por pessoa jurídica domiciliada no País, agindo em nome e por conta do mandante, são albergadas pelas referidas normas exonerativas, desde que tais pagamentos sejam efetuados por meio: 1. de regular ingresso de moeda estrangeira; 2. de débito em conta em moeda nacional titulada pela pessoa tomadora residente, domiciliada ou com sede no exterior, mantida e movimentada na forma da regulamentação em vigor; 3. ou ainda, no caso de tomador transportador residente, domiciliado ou com sede no exterior, com a utilização dos recursos objeto de registros escriturais de que trata o Capítulo IX do Título VII da [Circular Bacen nº 3.691, de 2013](#).

Ainda que seja utilizada forma de pagamento válida para o fim de enquadramento nas hipóteses de não-incidência/isenção em foco, persistirá, sempre, a necessidade da comprovação do nexo causal entre o pagamento recebido por uma pessoa jurídica domiciliada no País e a efetiva prestação dos serviços à pessoa, física ou jurídica, residente, domiciliada ou com sede no exterior.

Não se considera beneficiada pela exoneração das contribuições, a prestação de serviços a pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior, cujo pagamento se der mediante qualquer outra forma de pagamento que não se enquadre entre as hipóteses listadas em normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil.

Os serviços alcançados pela norma de não incidência/isenção da Contribuição para o PIS/Pasep, deverão ser contratados por pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior, ainda que por meio de seu mandatário no País, não abrangendo, porém, os serviços que este, em nome próprio, venha

a contratar com prestador no País, ainda que para atendimento de demanda do transportador/armador domiciliado no exterior.

Dispositivos Legais: [Lei nº 10.637, de 2002, art. 5º, inc. II](#); [MP 2.158-35, de 2001, art. 14, inciso III e § 1º](#); [Circular Bacen nº 3.691, de 2013](#).

(Vinculada à [Solução de Consulta Cosit nº 346, de 26 de Junho de 2017](#), Publicada no Diário Oficial da União de 3 de Julho de 2017).

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins.

Ementa: Não-Incidência. Isenção. Receitas Decorrentes de Prestação de Serviços a Pessoa Física ou Jurídica Residente ou Domiciliada no Exterior. Possibilidade de Mera Intermediação entre a Prestadora dos Serviços e a Pessoa Residente ou Domiciliada no Exterior. Efetividade do Ingresso de Divisas.

A existência de terceira pessoa, desde que agindo como mera mandatária, ou seja, cuja atuação não seja em nome próprio, mas em nome e por conta do mandante estrangeiro, entre a pessoa física ou jurídica residente, domiciliada ou com sede no exterior e a prestadora de serviços nacional, não afeta a relação jurídica negocial exigida para enquadramento nos [arts. 6º, inciso II, da Lei nº 10.833, de 2003, e 14, inciso III, da MP 2.158-35, de 2001](#), para o fim de reconhecimento da não-incidência/isenção da Cofins.

Somente quando atendidas as normas estabelecidas pela [Circular nº 3.691, de 2013](#), em vigor desde 4 de fevereiro de 2014, para o pagamento das despesas incorridas no País pela pessoa tomadora residente ou domiciliada no exterior fica caracterizado o efetivo ingresso de divisas no País, autorizando a aplicação das normas exonerativas dos [arts. 6º, inciso II, da Lei nº 10.833, de 2003, e 14, inciso III, da MP 2.158-35, de 2001](#).

Nos termos da legislação cambial ora vigente, as receitas decorrentes de pagamentos relativos à prestação dos serviços para residente, domiciliado ou com sede no exterior, representado por pessoa jurídica domiciliada no País, agindo em nome e por conta do mandante, são albergadas pelas referidas normas exonerativas desde que tais pagamentos sejam efetuados por meio: 1. de regular ingresso de moeda estrangeira; 2. de débito em conta em moeda nacional titulada pela pessoa tomadora residente, domiciliada ou com sede no exterior, mantida e movimentada na forma da regulamentação em vigor; 3. ou ainda, no caso de tomador transportador residente, domiciliado ou com sede no exterior, com a utilização dos recursos objeto de registros escriturais de que trata o Capítulo IX do Título VII da [Circular Bacen nº 3.691, de 2013](#).

Ainda que seja utilizada forma de pagamento válida para o fim de enquadramento nas hipóteses de não-incidência/isenção em foco, persistirá, sempre, a necessidade da comprovação do nexo causal entre o pagamento recebido por uma pessoa jurídica domiciliada no País e a efetiva prestação dos serviços à pessoa, física ou jurídica, residente, domiciliada ou com sede no exterior.

Não se considera beneficiada pela exoneração das contribuições, a prestação de serviços a pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior, cujo pagamento se der mediante qualquer outra forma de pagamento que não se enquadre entre as hipóteses listadas em normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil.

Os serviços alcançados pela norma de não incidência/isenção da Cofins, deverão ser contratados por pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior, ainda que por meio de seu mandatário no País, não abrangendo, porém, os serviços que este, em nome próprio, venha a contratar com prestador no País, ainda que para atendimento de demanda do transportador/armador domiciliado no exterior.

Dispositivos Legais: [Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, art. 6º, inc. II](#); [MP 2.158-35, de 2001, art. 14, inciso III](#); [Circular Bacen nº 3.691, de 2013](#).

(Vinculada à [Solução de Consulta Cosit nº 346, de 26 de Junho de 2017](#), Publicada no Diário Oficial da União de 3 de Julho de 2017).

OTHONIEL LUCAS DE SOUSA JUNIOR - Coordenador